

Desenvolvimento: Uma idéia subdesenvolvida

Armando de Melo Lisboa

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas/UFSC

*"O que existe no mundo basta para satisfazer as
necessidades de todos,
porém não à cobiça de alguns"*
Gandhi

Resumo

Somos sociedades que se mobilizaram a fundo pelo desenvolvimento, mas nunca o conseguimos viabilizar. Porque? Será a agenda da modernização incompatível conosco? Na procura da resposta à estas questões, este texto rastreia a idéia do desenvolvimento, vocábulo até bem pouco tempo sagrado (uma espécie de "religião de Estado", compara Myrdal), inquestionável, e, por isto mesmo, na maioria das vezes usado inconscientemente, sem as devidas precauções. Todo conceito que reúne grande consenso social necessita de uma hermenêutica da suspeita pois, como já afirmou Nelson Rodrigues, "toda unanimidade é burra".

Amédée Frézier, navegador francês, fez o seguinte relato da sua estadia na Ilha de Santa Catarina em 1712: *"Esta gente, à primeira vista, parece miserável, mas eles são efetivamente mais felizes que os europeus, ignorando as curiosidades e as comodidades supérfluas que na Europa se adquirem com tanto trabalho; (...) a terra lhes fornece os elementos necessários à vida, as madeiras e as ervas, o algodão, peles de animais (...); não almejam essa magnificência de habitação mobiliada e bem equipada, que só fazem excitar a ambição e lisonjear durante algum tempo a vaidade, sem tornar o homem mais feliz; o que é ainda mais notável é que eles se apercebem de sua felicidade quando nos vêm ir à cata de dinheiro com tanta fadiga.*

(...) Possuem também muitos remédios naturais (...).

A pesca é muito abundante nas inúmeras enseadas da ilha e da terra firme, onde se pode comodamente pescar; (...)

A caça não é menos abundante que a pesca;

mas os bosques são de tão difícil acesso que é quase impossível (...)".

O sonho acabou.

"Quando Alice no País das Maravilhas perguntou ao gato como sair do túnel, o gato respondeu: depende de onde se quer ir" (I. Sachs).

Seduzido pelo sonho do desenvolvimento nas últimas cinco décadas o Brasil (e grande parte do terceiro mundo) se transformou de uma sociedade agrária em urbano-industrial, embora à um custo humano e ecológico intolerável¹. Nesta implantação tardia (em relação aos países de onde ela surgiu) da indústria, o Brasil procurou saltar etapas, imitando o padrão tecnológico disponível no exterior. A viabilização do nosso desenvolvimento através da industrialização - que ocorreu numa conjuntura internacional extremamente favorável (boom do pós guerra) - se dá apesar (e por causa) da não resolução das contradições internas, isto é, sem rupturas, sustentando a continuidade das elites oligárquicas enquanto "donas do poder" (processo de modernização conservadora).

A idéia de que indústria e tecnificação são sinônimos de progresso estava presente de forma trágica no modelo agrícola vigente a partir dos anos 60, quando adentramos na "revolução verde" através da adoção de um pacote tecnológico (sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos) que prometia viabilizar a modernização de qualquer país. Forma-se e consolida-se o complexo agro-industrial, vinculando profunda e definitivamente a agricultura - tanto a montante (fornecimento de insumos, maquinaria e serviços), quanto a jusante (através do setor agro-alimentar) - com a indústria.

Com grande otimismo chegávamos no Brasil à acreditar em meados dos anos 70 que a nossa industrialização retardatária tinha se completado, e que tínhamos, portanto, alcançado os países desenvolvidos. Pensávamos que, apesar de

dependentes, estávamos integrados com a economia mundial e que esta "colagem" nos garantiria um desenvolvimento contínuo. Com a crise dos anos 80 constatamos que isto era uma ilusão. Nesta "década perdida" (em termos econômicos) implodiram os mecanismos que viabilizaram o desenvolvimento brasileiro (como o da capacidade do Estado de liderá-lo, e a conjuntura internacional propícia).

Todo o esplendor da industrialização alcançada nos impedia de ver nitidamente que "o rei estava nu", isto é, que tanto em outros cantos do mundo já se constatava a velhice do industrialismo, quanto internamente o desenvolvimento gerava um abismo cada vez maior entre os integrados ao mesmo e a imensa maioria dos excluídos. A crise nos permitiu ver melhor a perversidade do sistema: a sociedade mais desigual do planeta somente era viável (e não explodia) porque havia expansão econômica (era a "regra da bicicleta": enquanto estiver em movimento, não cai). A superação do apartaíde social (expressão que surge e se impõe nos anos 90) torna-se o grande desafio do presente. Como?

Quebrou-se aquele encanto com o pacote tecnológico milagroso da "revolução verde", havendo um consenso crescente de que, no mínimo a mesma "não conseguiu cumprir suas promessas" (Martine, 1987: 261). Pelo contrário, a produção per-capita de alimentos é menor do que no início da industrialização; desencadeou-se uma maciça e irreversível erosão e degradação do solo; debate-se a toxidade crescente dos alimentos consumidos; constata-se que a homogeneização genética e operacional exigida pela "revolução verde" tem eliminada progressivamente a preciosa biodiversidade. O campo se industrializou, a modernização agrícola foi efetuada de forma acelerada e profunda, mas o êxodo rural também se multiplicou, a já acentuada concentração fundiária se aprofunda, e a fome é uma realidade cada vez mais ameaçadora. Saudada como um "milagre" no princípio, a revolução verde é vivida cada vez mais como um fracasso e um pesadelo².

Naqueles anos 80 ocorreu também uma revolução tecnológica que aumentou extraordinariamente a produtividade, transformando as sociedades ricas em sociedades "pós industriais" (sociedades onde a informação

se torna um dos fatores estruturadores da mesma), crescendo a distancia que as separava do mundo subdesenvolvido. Afirma Fiori (1993: 395) que o crescimento econômico dos países centrais desta vez não alavanca o crescimento dos países atrasados. Pelo contrário, impõe a exigência de um ajuste econômico recessivo que penaliza ainda mais populações já extremamente debilitadas. Esta nova ordem mundial tem sido motivo de apreensão por parte dos países "em desenvolvimento", os quais *"estão preocupados com a possibilidade de os países industrializados virem a abandoná-los"* (Takahashi, 1992: 3).

Esta mutação tecnológica/societária tornou obsoleto nosso padrão industrial³. Dentro do quadro de um novo paradigma industrial, aquilo que antes era nossa grande vantagem (mão de obra barata) e que atraía capitais externos, passa a ser um empecilho: agora necessita-se de mão de obra qualificada. Hoje descobrimos que *"estamos tão longe do desenvolvimento quanto estávamos no final do século XIX, quando o escravismo bloqueou o surgimento duma sociedade industrializada"* (Belluzzo). Naquela época, através duma política de "branqueamento", optamos por um padrão mimético de desenvolvimento que abandonou os escravos à sua própria sorte. Corremos o risco de reprisar o desastre da abolição/modernização, só que numa escala muito mais grave: são os pobres que hoje deixam de interessar até como mão de obra à ser explorada (Schwarz, 1994). Há razões para afirmar que o novo padrão de acumulação não somente não é adequado para superar os níveis atuais de pobreza como também é gerador de novas formas de exclusão.

O processo de globalização nos colocou num beco sem saída. A "belíndia"⁴ encontra-se numa encruzilhada: se continuarmos a perseguir a inalcançável modernização (buscando uma inserção competitiva na ordem globalizada), o lado Bélgica continuará se afastando em alta velocidade do lado Índia, levando à uma sociedade cada vez mais absurda e inviável. A crise é uma oportunidade para repensar os caminhos escolhidos⁵. As transformações atuais estão à exigir novos conceitos. O futuro exige que não sigamos nenhum dos modelos tradicionais. Temos de pensar o impensável.

Desenvolvimento: um projeto neo-colonial, uma miragem impossível para todos.

"O subdesenvolvimento não é ... insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre as diversas regiões do planeta"
 Josué de Castro, 1972

Entendo, como já disse o gato, que a chave do dilema depende de para onde se quer ir, ou seja, reside na idéia de desenvolvimento. Qual seu sentido? De onde surge? Por que desenvolvimento?

No âmago da imagem do desenvolvimento está a noção de **progresso** que tem caracterizado a sociedade ocidental nestes 2000 anos, ou seja, uma percepção da vida como expansão material incessante, desmedida. Porém a gênese dos processos de "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" reside na revolução industrial, grande divisor de águas entre os povos. Reconhece Jaguaribe (1992: 8) que *"o desnível entre o Norte e o Sul é, como se sabe, um fato histórico relativamente recente. Em todas as sociedades civilizadas do mundo, o nível básico de vida foi o mesmo, até a renascença. A revolução mercantilista veio criar diferenças em favor dos países que se dedicaram ao comércio mundial e ao colonialismo. Com a Revolução Industrial, as sociedades industriais passaram a ter, em relação às sociedades que permaneceram agrárias, vantagens cada vez mais aceleradas"*.

Mas a difusão do mito do desenvolvimento, de que os povos "pobres" devem aspirar alcançar o padrão de vida dos ricos, é bem mais recente. O interesse dos economistas pelos problemas da miséria e da desigualdade entre os povos das chamadas "regiões atrasadas" somente surge após a segunda guerra mundial⁶, em decorrência do "furacão de descolonização que varreu o mundo" (conf. Myrdal, 1974: 363)⁷. À partir do discurso de posse do presidente Truman em janeiro de 1949, quando ele define a maior parte do mundo como subdesenvolvido e anuncia um plano de ajuda (programa Ponto Quatro) para que todos os povos avancem no mesmo caminho para a prosperidade, é que dissemina-se o vocábulo desenvolvimento (e

sua contrapartida, subdesenvolvimento) com o seu significado atual. Até então ele era mais comumente utilizado para referir-se ao ciclo biológico da vida de um organismo, à evolução das espécies ou às jogadas de xadrez (Illich, 1988: 150). Agora passa a ser aplicado às sociedades humanas, classificando e dicotomizando os povos, países, definindo as estratégias da marcha de todas as sociedades para a terra prometida. O conceito desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca da missão civilizadora do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo (impulsionada pela revolução chinesa e ascensão do bloco comunista).

A transição do colonialismo direto para a ordem pós-colonial foi gerenciada pelos países do Norte sem que estes perdessem suas vantagens. Ao contrário, eles estenderam para outras áreas seu controle e pilhagem sobre os recursos do Sul através do desejo (e do financiamento) do desenvolvimento controlado pelas instituições multilaterais criadas no pós-guerra (Gatt, FMI, Banco Mundial). O "subdesenvolvimento" foi uma caricatura grotesca criada pelo processo de modernização/recolonização, sendo um termo impróprio porque teleológico (isto é, designa as sociedades periféricas como "atrasadas", assemelhando-as aos países "desenvolvidos" em um estágio anterior de seu desenvolvimento, como se houvesse apenas uma defasagem temporal entre elas), abstraindo o essencial: a gênese histórica do "subdesenvolvimento", que deriva da inserção destes países na economia mundial de mercado (Samir Amin).

A idéia de desenvolver, segundo Furtado (1974: 75), tem sido útil "para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar novas formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo". As políticas desenvolvimentistas arrancaram, em poucas décadas, populações inteiras da sua economia de subsistência tradicional, mas não as integraram plenamente (ou seja, não as transformaram em cidadãs).

Kurz, ao desnudar o colapso da modernização

do terceiro mundo, afirma que "a maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo, isto é, foram destruídas as estruturas tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse seu lugar" (Kurz, 1992: 194). A crença cega no desenvolvimento levou à aberrações: Nauru (pequena ilha-nação no Pacífico devorada pela exploração de fosfato que a transformou numa imensa cratera) prenuncia assustadoramente nosso destino.

Nossa civilização vive sob o signo da indústria, a qual se constitui na grande esperança para os povos que querem se desenvolver e aumentar seus níveis de renda. A indústria é portadora da promessa da abundância, de que mais é melhor. Este é o núcleo do projeto desenvolvimentista, do grande mito que justificava todo o sacrifício. Raúl Prebisch afirmou em 1949 (num influente artigo considerado como uma espécie de manifesto inicial da CEPAL) "o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas" (grifo nosso).

A perspectiva ocidental do desenvolvimento estava fundada sobre a dissipação dos recursos não renováveis (combustíveis fósseis). Hoje, com o previsível esgotamento do petróleo nas próximas duas décadas, bem como a impossibilidade do uso intensivo e extensivo dos carvões minerais, esgota-se um ciclo civilizatório e vislumbra-se as falsas bases da sociedade industrial. A produção industrial capitalista exige uma expansão constante, sem limites, acelerando o tempo próprio do processo produtivo (tempo histórico) de forma incompatível com o tempo (biológico/geológico) que requer a natureza para sua reprodução (Altvater). O tempo da biosfera é um tempo circular, de ciclos regulares e de contínua reciclagem. Do ponto de vista entrópico (físico/energético), o processo econômico moderno rompe com a estabilidade biosférica, sendo uma transformação de recursos naturais e energia em lixo e poluição (Georgescu-Roegen). A aceleração do tempo com o capitalismo é a aceleração da degradação entrópica. As forças produtivas chocam-se com as condições da produção, com os limites naturais e transformam-

se em forças destrutivas, gerando o esgotamento do crescimento econômico (ou seja, decrescimento) e a crise sócio-ambiental (O'Connor, 1990). A expansão incessante da economia (desenvolvimento) é, no fundo, anti-econômica, uma economia do absurdo, pois destrói suas próprias bases de reprodução. A civilização industrial ergue-se sobre pés de barro.

Aos poucos percebe-se que a meta dos pobres de alcançar os níveis de vida dos ricos países industrializados era um projeto impossível, pois, em função dos limites ecológicos, o estilo de vida dos países desenvolvidos não é generalizável (trata-se de um "bem estar oligárquico"). Já denunciava Gandhi que "se a Inglaterra pegou os recursos do planeta para alcançar sua prosperidade, quantos planetas necessitará a Índia?".

O próprio pensamento desenvolvimentista, quando no seu auge no final dos anos 60 e início dos 70, começa a reconhecer a existência de condicionamentos ecológico-ideológicos ao desenvolvimento, colocando progressivamente em dúvida o sentido do mesmo. A partir de então dá-se o declínio destas teorias. Myrdal, em suas obras "Asian drama" (1968) e "Against the stream" (1972), aponta criticamente que as políticas de desenvolvimento funcionaram como um "mecanismo neocolonial" que impediram as necessárias reformas radicais nos países subdesenvolvidos ("no cômputo geral, sustentaram a reação política, econômica e social, às vezes da pior espécie" - 1977: 127), que as teorias desenvolvimentistas foram marcadas por um "tendenciosidade oportunista", "superficial" e "enganosa" (porque irreal, conforme a tradição ocidental, sendo inadequada à realidade dos países pobres). Está evidente que a idéia do "desenvolvimento" beneficiou a poucos, pois foi vendida para a população de modo a permitir que as classes privilegiadas pudessem dar continuidade ao processo de acumulação e manter seu enriquecimento "sem que tivessem que abandonar seus privilégios" (Myrdal, 1977: 86). Como afirma Santos (1978: 68): "em nome do progresso e à custa de uma injustiça cada vez maior, uma importante parcela dos recursos nacionais são distribuídos de maneira a beneficiar aqueles que já são ricos".

Também Furtado em 1974 (influenciado por

Georgescu-Roegen) nos advertia que o desenvolvimento econômico "é um simples mito", que a promessa dos povos pobres desfrutarem do padrão de consumo gerado pelo capitalismo industrial "é simplesmente irrealizável", pois este estilo de vida "será sempre o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico (...) é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana". Sunkel, refletindo em 1976 sobre os "efeitos destrutivos do desenvolvimento" em amplo panorama do "desenvolvimento da teoria do desenvolvimento", lançava "sérias dúvidas sobre se os assim chamados países desenvolvidos são realmente um modelo ideal de desenvolvimento" (1980: 25). Hirschman (1986: 75), realizando um balanço da "grandeza e decadência da economia do desenvolvimento", confessa que sua "breve floração" deve-se "a que ela duvida cada vez mais de si mesma" em razão das suas próprias "desventuras", dos "desastres do desenvolvimento". Conclui afirmando que "o declínio da economia do desenvolvimento é em parte irreversível" (p. 78).

Ora, a crise da idéia de desenvolvimento (que se coloca quando os pobres começam a perguntar se tem algo a ganhar com o "desenvolvimento") é uma crise de hegemonia, pois as camadas dirigentes da sociedade não conseguem mais apresentar seus interesses como "os do povo".

Mais é melhor? A pobreza do desenvolvimento.

"A ilusão do crescimento econômico contínuo é alimentada pelos ricos do mundo para manter os pobres em paz"

Martínez Alier

Uma sociedade é rica quando minimiza a escassez. A escassez não depende diretamente do volume de bens acumulados ou da tecnologia disponível, mas da relação entre fins e meios. Isto é conforme o bom senso: uma sociedade afliente é a que gera o máximo de bem estar com um mínimo de esforço, ou seja, é a sociedade na qual as necessidades são facilmente satisfeitas. E isto se atinge por duas formas: seja produzindo muito, seja desejando pouco.

É neste segundo sentido que Sahlins afirma que

os mais primitivos povos da terra (os caçadores/coletores) são a primeira sociedade da afluência, isto é, não são povos pobres. Já a sociedade industrial tem engendrado a escassez de modo jamais visto, à ponto de que nela metade dorme com fome, metade com medo. Na sociedade industrial estamos aprisionados entre desejos ilimitados e meios insuficientes para satisfazê-los.

Mais é melhor? Um nível de produção mais elevado não significa necessariamente que as necessidades estejam sendo atendidas (mais bem estar, portanto). Na medida em que se processa o desenvolvimento, aumenta a variedade de produtos e crescem as necessidades. Como afirma Galbraith (1974: 130) "o nível mais elevado de produção significa apenas um nível mais elevado de criação de necessidades (...)". É da essência da lógica industrial que cada novo produto no mercado cria mais necessidades do que satisfaz: "longe de buscar a satisfação das necessidades, o capitalismo se sustenta justamente pela busca constante de criar e suscitar novas necessidades, única forma pela qual o excedente gerado na produção pode realizar-se no mercado. A produção crescente exige um consumo crescente, ou seja: necessidades continuamente insatisfeitas." (Stahel, 1994: 13). Produzir "sempre mais" é melhor apenas para a lógica da acumulação incessante de capital, encobrindo o efeito "sempre menos" no atendimento dos anseios mais profundos e concretos da maioria dos seres humanos (Assmann, 1994: 120).

É somente com a evolução da economia que vemos surgir o fenômeno da pobreza (ou seja, uma população desprovida das condições de reproduzir-se materialmente). São dois movimentos contraditórios que caminham historicamente juntos: enriquecimento e empobrecimento. A pobreza se acumula no capitalismo como consequência direta da expansão do capital, a qual destrói a milenar capacidade dos povos de autoproduzirem sua subsistência através do uso comunal dos recursos naturais. A industrialização, longe de gerar a abundância para todos e erradicar a pobreza, a aprofunda ao produzir bens que só podem ser consumidos por poucos (a pobreza não advém da falta de recursos, mas da existência de privilégios). Com o crescimento da produção industrial cresce a pobreza porque todo avanço na produção

capitalista, ao desqualificar os produtos anteriores (processo de obsolescência forçada) e ao ser acessível apenas a uma minoria, está constantemente aumentando a desigualdade (fenômeno que Illich chama de "modernização da pobreza"). O crescimento da riqueza tem servido apenas para tornar mais rica uma parcela diminuta da população. Não se trata, portanto, de limitações ou incompetências dos programas de desenvolvimento, mas de um fato estrutural intrínseco aos mesmos: quanto melhor executados forem, mais fome e destruição ecológico-social induzem. O desenvolvimento comporta em si mesmo o subdesenvolvimento.

O padrão mimético do desenvolvimento fundado no estilo ocidental de vida com altos níveis de consumo e desperdício tem cegado os povos do terceiro mundo, os impedindo de se encontrarem com sua identidade. Ora, um povo privado de sua identidade não é capaz de se autodeterminar. *"A ocidentalização do terceiro mundo é, antes de tudo, uma desculturação, uma destruição pura e simples das estruturas econômicas, sociais e mentais tradicionais apenas para serem substituídas a prazo por um montão de sucata destinada à ferrugem"* (Latouche, 1994: 84). Obcecado por uma modernidade obsoleta, nosso pensamento tem se desencontrado com nossa realidade. Nunca chegamos a ser nós mesmos mas sim "caricaturas de outros" aponta Max-Neef. Vivemos um "existir inautêntico", revela Salazar Bondy.

A sedução do desenvolvimento (enquanto imitação dos padrões industriais do ocidente) bloqueou a construção de padrões de consumo próprios que traduzissem nossos valores culturais, impediu a geração de matrizes tecnológicas fundadas em fontes energéticas renováveis e que aproveitassem nossa biomassa tropical⁸. A economia de mercado cresce destruindo a capacidade natural de auto-suficiência das sociedades (economicídio) e os mercados complementares à mesma e subordinados aos interesses comunais⁹, bem como a possibilidade de produzir valores de uso que satisfaçam diretamente às necessidades.

Esta negação da identidade vislumbra-se na própria etimologia da palavra "des-envolvimento" (formada pela oposição ao que envolve)- aliás, a

etimologia revela também a ambiguidade da mesma. Nos principais idiomas ocidentais o sentido literal é o mesmo: descascar, desembulhar, tirar do envelope (conf. Scheibe; Buss, 1992). Seu significado tanto é o de "liberar" (o desenvolvimento como um processo de *"superação de entraves que impedem a realização de um potencial latente"* (Sachs, 1993: 16), quanto o entendimento de que para crescer é necessário negar os condicionamentos naturais ou construídos culturalmente que impedem o progresso. *"Que lhes resta quando seus deuses estão mortos, seus mitos são fábulas, suas proezas são impotentes e inúteis? À sociedade não ocidental só lhe resta se descobrir numa nudez insensata, tal como o Ocidente o decretou: ela é miserável"* (Latouche, 1994: 68). O desenvolvimento é a violação dos povos pela sedução, é um olhar colonizador sobre o Outro, julgado miserável antes de o ser. É uma construção mental possuída por um juízo de valor, por um "preconceito profundo" (Myrdal, 1977: 85) onde se despreza países *"chamados de 'rudes e bárbaros' no século XVIII, depois de 'atrasados' no XIX e, finalmente de 'subdesenvolvidos' em nossos dias. (...) Mas, com o advento da teoria do crescimento econômico, esse mesmo desprezo encontrará um novo modo de expressão, ao mesmo tempo mais discreto e mais sofisticado (...)"* (Hirschman: 1986: 79).

O contrário de desenvolvimento não é decrescimento, é a possibilidade da sociedade de se pensar através dela mesma, de confiar em si mesma e de usufruir criativamente da sua diversidade. A cegueira do desenvolvimento tem debilitado a capacidade de cada povo de decidir-se autonomamente por algo autêntico. Evidentemente que a defesa da autodeterminação dos povos num contexto de interdependência global não é a defesa da autarquia absoluta, muito menos a perspectiva de uma sociedade fechada, protegida contra a mudança. Autonomia não se confunde com autismo. É a busca por inserir-se na economia mundial de uma forma não mimética, periférica e subserviente. É a perspectiva de uma sociedade prudente que reconhece os limites da ação humana (como na parábola de Buda, somos como "cegos tateando o elefante": pouco sabemos sobre o que estamos fazendo), que reflete sobre seu futuro, impondo-se à dinâmica cega des-mesurada da

economia contemporânea.

Enquanto povos do Sul¹⁰ temos que aprender com os erros cometidos pelo Norte, e não repeti-los com atraso. A questão é compreender a situação da América Latina (e dos povos do Sul) não segundo outras realidades mas à partir de si própria, da sua identidade (Ramos, 1965), bem como, à partir deste marco, compreende-la na relação com outras experiências. A identidade de uma sociedade nunca é perene, pois está sempre em transformação - como afirma Brecht, temos de, "partindo da tradição, levá-la adiante". Neste final de século a realidade é cada vez mais híbrida, não existindo culturas "não contaminadas". A afirmação da identidade, portanto, nunca é absoluta pois encontra-se permanentemente resignificada por um mundo cada vez mais inter-dependente, além de somente se fazer possível na relação com outras identidades. Neste sentido *"nenhuma identidade pode ser pensada ou estabelecida (...) como um mero ensimesmamento"* (Quijano, 1992). Não se trata duma divagação abstrata sobre o Ser latino-americano, de buscar uma identidade perdida, mítica, mas de perceber que é a construção do nosso futuro que está em jogo.

A reestruturação produtiva e a possibilidade de uma alternativa.

As recentes transformações na matriz espaço-tempo da organização social, se por um lado aprofundam processos de exclusão social, por outro também abrem a possibilidade de um "desenvolvimento endógeno", de uma organização mais autônoma da economia local¹¹. Os sistemas produtivos locais que emergem vigorosamente com a atual reestruturação produtiva¹² tem sua dinâmica fundada na identidade comunitária local, em redes de cooperação horizontal de pequenas e médias empresas situadas em espaços de forte tradição artesanal, baseando-se *"em iniciativas predominantemente locais e em interações fortes entre a economia e a sociedade"* (Courlet, 1993: 12). Políticas locais e regionais podem sustentar "uma estratégia de desenvolvimento regional" (Storper, 1990)¹³, possibilitando que a sociedade local não tenha uma atitude passiva diante da estruturação do seu aparelho produtivo e nem se deixe invadir pelas monoculturas cíclicas. Podemos, sociedade local, formular nossa própria "Agenda XXI". *"Nada*

impede um município de tomar em suas mãos a dinamização das próprias atividades produtivas" (Dowbor, 1994: 63).

A perspectiva do "poder local" ("capacidade de auto-transformação econômica e social" - Dowbor, 1994: 11) não é mais uma panacéia, mas deve atuar com outras transformações correlatas¹⁴. Esta capacidade depende, fundamentalmente, da emergência de uma ação cidadã (Lisboa, 1993, 1994a); do surgimento de um espaço público comunitário regido não por uma compreensão de cidadania tutelada ou assistida, mas de cidadania emancipada (Demo, 1995); da reforma do *"Estado burocrático, corporativo e monopolístico, em favor de um Estado permeado pelas iniciativas da sociedade civil"* (Genro, 1994); exigindo também um amplo leque de alianças, uma ação concertada entre diferentes atores: *"uma sociedade organizada (...) envolve uma cooperação articulada dos mecanismos de mercado, de planejamento central, de política de renda, de redes interempresariais, de participação comunitária e de concertação internacional"* (Dowbor, 1994: 49, grifo nosso).

Frente à globalização já não há mais lugar para "ilhas" isoladas. Sabemos que nossas próprias forças locais não são suficientes para mudar os atuais macro-processos de degradação. Simultaneamente à afirmação identitária, faz-se necessário que também estabeleçamos alianças com parceiros globais que regenerem a perversa relação local-global, em especial com outras localidades que apresentam problemas comuns ou situadas em ecossistemas semelhantes aos nossos.

Portanto este final de milênio recoloca a possibilidade de uma **economia local**, o que para nós significa rever e revitalizar o modo de viver tradicional. Está aí a oportunidade de transformar em "vantagem" o que por muito tempo foi considerado sinal de "atraso". Nos países do Sul as relações afetivas de pertencimento a uma comunidade sobrevivem, não se conseguindo romper totalmente com a solidariedade comunitária. Trata-se de fortalecer as iniciativas comunitárias, valorizando as forças e os recursos locais, revitalizando a unidade comunitária perdida.

O campo da "economia popular" (também denominado de setor de "economia social" ou de "economia solidária"¹⁵) surge como uma

possibilidade¹⁶, como um “outro circuito” econômico diferenciado do mercantil e do estatal, não caminhando para o desaparecimento. O que caracteriza esta “economia popular” não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal). Não estamos falando da “economia informal”, mera “sombra” da economia de mercado (imprescindível para sua expansão econômica pois não contabiliza inúmeros custos), e sim da produção-reprodução material da sociedade fora das relações mercantis com base no trabalho vernacular¹⁷ (autônomo) e em uma cultura de solidariedade.

As ocupações urbano-rurais autônomas organizadas não capitalisticamente (sem separação nítida entre capital e trabalho, não havendo, em consequência, o predomínio do assalariamento) que ocorre em geral na pequena produção dos pobres, podem, se apoiadas tecnológica, financeira e politicamente, vir a se constituir em uma “outra economia” que, não obstante ser inicialmente marginal em relação à contabilidade econômica mercantil, é de massa. Hoje não cabe mais se procurar “incluir a todos” na economia de mercado pois o excedente de mão de obra no grande circuito econômico moderno é cada vez mais estrutural (deixando de ser um “exército de reserva”). Mesmo o pertencimento ao mesmo não é garantia da inclusão social (da cidadania). Em verdade esta “economia popular” é mais antiga pois os pobres sempre trabalharam e sobreviveram. Somente agora é que se a “descobre” porque ela era incompreensível para os parâmetros da razão econômica estabelecida: como é possível que aqueles “tão pobres” lograssem constituir uma economia operando com baixa produtividade recursos tão limitados - inclusive aqueles que as empresas tinham descartado como obsoletos, ineficientes - e sem acesso ao crédito?¹⁸

Os intelectuais tem designado como “pobres” a maior parte da população - em geral porque não dispõem de dinheiro. Nomear uma atividade econômica como de “subsistência” é depreciar a mesma, pois este conceito induz a pensar que se trata de uma existência menor. Trata-se de uma forma preconceituosa que desvaloriza um modo de

vida e as formas produtoras de valor de uso relativamente auto-suficientes, considerando-as ineficientes. Sem querer idealizar a condição social do pequeno produtor independente dono dos seus meios de produção, entendemos que o olhar iluminista ignora que a “economia de subsistência” produziu um razoável excedente comercializável, gerou modos de vida mais eqüitativos, e mais adequados ao ecossistema na medida em que desenvolveu a policultura e não a monocultura mercantil. Estes “pobres” não eram indigentes, estando desprovidos sim, mas do sentimento de insegurança com relação ao sustento da família.

Nosso problema básico não é de buscar novos recursos, mas rever a subutilização dos nossos principais fatores produtivos: a natureza e o povo. Somente fortalecendo a proteção e o uso comunal dos recursos terrestres e aquáticos¹⁹ asseguraremos sua exploração racional²⁰. O capital natural aproveitado comunitariamente pode voltar a ser a base da produção da riqueza de grande parte da população²¹. A literatura tem demonstrado que a manutenção da diversidade biológica (e da beleza paisagística) se relaciona diretamente com a permanência da população tradicional e a preservação da diversidade cultural (Diegues, 1995). “A forma básica de degradação ambiental” advém, para Ivan Illich (1984), da usurpação do espaço comunal, processo que transformou o entorno natural de bem comum em “recursos produtivos” apropriados privadamente, impedindo a autonomia local das comunidades. Afirma Illich que a luta pela defesa do que resta dos bens comuns constitui “a tarefa pública crucial para a ação política” dos próximos anos.

Os riscos do ploneirismo da Economia Ecológica.

Lentamente engendram-se pressões por mudanças no comportamento empresarial. Num momento em que estamos nas vésperas da definição e implantação das normas de gestão ambiental ISO 14.000 que regularão os padrões da produção mundial em termos do respeito ao meio ambiente; num momento em que o governo brasileiro lança o “Protocolo Verde” que condiciona a concessão de empréstimos bancários somente a projetos que tenham em consideração a proteção ambiental, a reflexão da economia ecológica é extremamente relevante para auxiliar na construção

de respostas para uma maior harmonização das relações economia-natureza no mundo e em nosso país. Especialmente porque aqui no Brasil temos tanto graves problemas nesta área (nossa economia está estruturada sobre a lógica da rapina), quanto uma inércia gigantesca a ser vencida para o enfrentamento dos mesmos, além de uma compreensão embrionária das soluções. Praticamente tudo está por ser feito na área da economia ecológica. Porém, corremos os riscos dos pioneiros ...

A aceitação universal e o uso *ad nauseam* do conceito Desenvolvimento Sustentado revela um estranho consenso. A noção "sustentável" significou um grande acréscimo ao debate econômico em particular, sendo de grande importância na construção dos processos concretos duma economia não degradadora das condições da vida. Mas muito ainda resta fazer para torná-la efetiva e operacionalizável! O fato é que inexistia ainda uma teoria social que sustente a perspectiva do desenvolvimento sustentável (Blumenschein; Theis, 1995) - esta pobreza teórica reflete o incipiente estágio da construção de uma nova racionalidade que permita a compreensão da articulação sociedade-natureza. Quando se trata da definição das opções de longo prazo do conjunto da sociedade a expressão "desenvolvimento sustentável" não permite a percepção das efetivas alternativas societárias (pois busca a sustentabilidade do desenvolvimento, o que a caracteriza como mais uma forma da ideologia do desenvolvimento): neste marco entendemos que trata-se de pensar a "sociedade sustentável" (conf. Lisboa, 1993, Diegues, 1995, Shiva, 1991a).

Sabemos que a problemática ecológica cada vez mais mexe com interesses poderosos. Há que tomar cuidados: a apropriação humana dos produtos da fotossíntese dos países do Sul é muito menor que a da Europa, do Japão ou da América do Norte. São as emissões de gases (dióxido de carbono, metano) dos países industrializados que ultrapassaram sua proporcional capacidade de absorção dos mesmos, exportando resíduos para todo o globo (sem nada pagar em troca). Como reverter o "bem estar oligárquico" dos países mais ricos? As acusações de *dumping* ecológico camuflam muitas vezes interesses protecionistas. O peso do intercâmbio

desigual e da brutal dívida externa leva a intensificar uma economia predadora por parte dos países devedores. Não podemos nos esquecer da permanente dívida ecológica dos países ricos para com o terceiro mundo. A globalização da crise sócio-ambiental fez ingressarmos na era da disputa pelo capital natural. Denuncia-se a biopirataria. Há que suspeitar desta preocupação dos países do Norte em contabilizar o patrimônio natural dos países periféricos. Já faz tempo que a ecologia perdeu sua inocência ...

Os economistas-ecologistas tem discutido intensamente "que desenvolvimento pode suportar o planeta". O conceito de "capacidade de suporte" - definido como "*o máximo de população de uma espécie dada, que pode ser mantido de modo indefinido, sem se produzir uma degradação da base de recursos que possa significar uma redução da população no futuro*" (Martínez Alier, 1995: 74) - advindo da ecologia natural, exerce forte atração sobre aqueles que, como nós, estão a pensar os limites que a natureza coloca para a sociedade. O que são os limites? São "pontos de não retorno", ou seja, limiares que, uma vez ultrapassados, provocam uma deterioração irreversível no equilíbrio da vida na área em questão. Porém faz-se necessário algumas precauções, pois corremos o risco de "biologizar a desigualdade social" (Martínez Alier), tornando os ecólogos em neo-malthusianos.

Diferentemente dos outros animais e plantas, o consumo exomático de energia e matéria da espécie humana não está sujeito a instruções genéticas - "*a ecologia é incapaz de explicar por que algumas partes da humanidade utilizam, por exemplo, mais de uma tonelada de petróleo ao ano para alimentar cada um de seus membros (em forma de combustíveis ...), enquanto que outra parte da humanidade se alimenta sem usar nem uma gota de petróleo*" (Martínez Alier, 1991: 31) - nem a sua distribuição espacial depende apenas dos limites ecossistêmicos ("*as migrações de aves se realizam sem passaportes nem vistos*", Martínez Alier, 1991: 14). Não existe uma solução técnica (tecnocrata, portanto) para o problema da determinação de qual a população ideal para um território. Não dá para chegar a nenhum número mágico, ou, como afirma Martínez Alier (1991: 17), "*não há forma de escapar de juízos éticos*" neste debate.

O esforço da Economia Ecológica tem o mérito de enfrentar a esquizofrenia entre sociedade e natureza da nossa civilização. Sem dúvida que os preços hoje vigentes não incorporam o desgaste ambiental, falseando a análise econômica. Mas não se trata apenas de construir os necessários instrumentos técnicos que minimizem o problema de valorizar a natureza (aliás insolúvel, dada a sua incomensurabilidade - o que não significa que devamos ignorar os custos ecológicos. Não há como determinar precisamente os valores verdadeiros ou os preços ecologicamente corretos, ainda que possa haver "preços ecologicamente corrigidos", afirma Martínez Alier), mas também - e este é o núcleo do desafio - de estabelecer limites para a voracidade do mercado. Quem definirá estes limites? Isto nos leva para o campo da política, uma política não redutível à técnica e que reclama por sabedoria. Para Jacques Cousteau cabem apenas 700 milhões de pessoas no planeta, e, afirma ainda o cientista (um dos personagens mais conhecidos em todo o mundo, e, sem dúvida, com grande influência), para que a população mundial se estabilize "*há que eliminar 350.000 pessoas por dia*" (Cousteau, 1991). Como? Que eu saiba o modo mais eficiente de se atingir isto é utilizando bombas atômicas ... É óbvio que Cousteau não está pensando em começar com os franceses, apesar da imensa densidade demográfica da França.

Estamos no começo de uma grande aventura teórica. Estamos ainda tateando as muitas incógnitas. As experiências existentes no campo da economia ecológica têm sido úteis para mostrar os limites dos nossos instrumentos. As exigências da práxis (a natureza multidisciplinar do problema ambiental) ultrapassam o âmbito da teoria econômica contemporânea. Para reinserir a economia no ecossistema faz-se necessário uma compreensão profunda da vida. Temos de encontrar as raízes da nossa alienação. Mais do que carentes de respostas técnicas, estamos desorientados por falta de sabedoria. Nossos conceitos puramente racionais não dão conta dos problemas. As bases racionais do pensamento econômico estão colocadas em cheque. Nossa fragmentação também é espiritual, se alimentando do poder social da linguagem econômica. Precisamos reconstruir a racionalidade econômica,

porém, já afirmava Max-Neef, uma nova linguagem não se pode construir a partir do uso acrítico dos materiais tradicionais, o que pode vir a ser extremamente perigoso.

Por que adotamos um comportamento estúpido, não observando as leis da natureza? Porque nossa civilização está obcecada com o acúmulo incessante duma riqueza material. O problema da escala da economia diante da natureza é fundamentalmente uma questão de metaeconomia (relaciona-se com os fins últimos). Vamos usar da metáfora do barco (com consciência de que toda metáfora é um instrumento heurístico perigoso) que os economistas brasileiros tanto prezam (como se fala hoje nas âncoras cambial, fiscal ...), e os ecologistas também (não apreciam comparar nossa sociedade com o Titanic? "Salve-se quem puder", diria Hardin com sua "ética do bote salva-vidas"). É o que se quer fazer com o barco (o que queremos transportar e para que rumo) que define seu tamanho. A economia (o barco) é (melhor, deveria ser) apenas um instrumento. A inserção equilibrada da economia no ecossistema, ou seja, a busca por evitar ultrapassar a linha d'água para que o barco não afunde, está condicionada pela bússola que temos. "*Todos os meus meios e métodos são racionais, só meu objetivo é louco*", dizia de si mesmo o capitão do *Moby Dick*. A natureza impõe limites à liberdade, mas não a define. Tanto precisamos conhecer as leis (*logos*) que estruturam nosso frágil e único *habitat* (*oikos*) - no caso do navio significa dimensionar as condições de navegação (canais, recifes, clima) que precisa enfrentar -; quanto precisamos saber ordená-lo (*nomos*). Porém, a resolução desta equação economia-ecologia depende do enquadramento da mesma no horizonte da *ecomenia* (do mundo desejado, conf. Mendes, 1993). A bússola de uma *oikonomia do envolvimento*²², que se fundamenta nas relações que entretencem o ambiente em que estamos imersos, certamente não tem por Norte produzir mercadorias para um máximo de ganância - pois rompe com a razão incremental (fundada no princípio de que mais é melhor) procurando a suficiência, a permanência, estando à serviço das necessidades básicas - mas faz do Sul seu princípio hermenêutico. Para enfrentar a crise biosférica carecemos de superar o paradigma racionalista-

produtivista através de um modo de vida mais simples, menos materialista e fundado na solidariedade. Nisto consiste a contribuição dos povos pobres do Sul para o reordenamento planetário.

Conclusão.

Desenvolvimento: um caminhar na contramão da natureza e da sociedade. Seu resultado é a **primeira era da fome**; é uma crescente dupla clivagem (que se torna descomunal com a nova Revolução Industrial) entre ricos-pobres, Norte-Sul²³, que vem desestabilizando o frágil equilíbrio global e criando tensões cada vez maiores, tornando *"inviável a coexistência de duas sociedades, em um planeta unificado pela comunicação instantânea e por uma interdependência econômica e tecnológica que não cessa de se estreitar"* (Jaguaribe, 1992: 8). A elevação dos níveis de vida tem degradado a qualidade de vida e a própria vida (há menos água, menos riqueza genética, menos terra fértil como resultado do desenvolvimento). A suposta panacéia do desenvolvimento chega ao fim. Apesar da fantástica expansão econômica sem precedentes desde o pós guerra, Drucker (1991: 117) afirma que, paradoxalmente, *"todos sabem que o desenvolvimento econômico não deu certo, que foi um absoluto fracasso"*.

É preciso aprender as lições da história. Com a noção "desenvolvimento" o que está em jogo não é a realização de uma sociedade justa, mas sim o desenvolvimento das forças produtivas através de um padrão industrial-capitalista de tipo individualista-consumista não generalizável para toda sociedade. E isto se obtém, tanto no centro quanto na periferia, intensificando a divisão do trabalho, acirrando os conflitos sociais e produzindo ricos e pobres. Para Cardoso e Faletto (1985: 30) *"não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população"*. Ora: não podemos eticamente aceitar que se de prioridade a uns seres humanos sobre outros quanto as garantias para que possam crescer como seres humanos. Portanto *"não é possível o desenvolvimento econômico se não é para todos os homens e mulheres presentes e futuros. O desenvolvimento é para todos ou não será para*

ninguém" (Roux, 1993: 71).

O desenvolvimento não é solução, é parte do problema, passando à ser visto cada vez mais como ameaça (na última Conferência Mundial da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento - México, abril de 1994 - a preocupação era "proteger a Terra do desenvolvimento"). Afirma Cuéllar, ex-secretário geral da ONU, que *"nossas formas de desenvolvimento baseados na expansão contínua do consumo material não são viáveis nem prorrogáveis ao infinito. Não apenas elas dilaceram o tecido de que as culturas são feitas como também ameaçam a biosfera e a sobrevivência da humanidade"*. Faz-se necessário deter o desenvolvimento, estabelecendo prioridades totalmente diferentes para a atividade humana.

Estamos enfermos do desenvolvimento (Morin). Ele se revela contaminante da natureza e das culturas. O que fazer? É suficiente criticar o "mal-desenvolvimento" e redefini-lo? Desenvolvimento humano, na escala humana, social, integral, endógeno, sustentável, alternativo, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento... Nesta procura por um "outro" desenvolvimento, pelo "desenvolvimento perdido", o esforço de reconceituação descobre e incorpora novos adjetivos (revelando a carência do conceito) que qualificam o essencial, o permanente substantivo: desenvolvimento, uma idéia tragicamente subdesenvolvida (Morin). Se não se cura o mal com o mal, não podemos remediar as insuficiências da industrialização com mais industrialização, mais desenvolvimento. Talvez estejamos andando em círculos. Não se trata de reconceituá-lo. Trata-se de abandoná-lo²⁴. *"Mi pueblo está cansado de desarrollo, sólo quiere vivir"* (G. Esteva, apud. Shiva, 1991: 36).

Nossa crise atual é a crise da ilusão do desenvolvimento. Hoje os povos do Sul estão entregues à própria sorte²⁵. Chegou o momento de *"deixar de ser o que nunca temos sido, que não seremos e que não temos de ser"* (Quijano). Quem sabe agora, depois de 500 anos, possamos descobrir a América Latina? Quem sabe agora possamos construir uma economia inserida no que nos envolve, comprometida com aquilo que trazemos em si, com o que enleia, encanta, cerca, origina, cobre, condiciona, acolhe.

A reinserção da economia na sociedade permitiria, de acordo com Stuart Mill, *aprimorar a arte de viver* na medida em que *"as inteligências deixassem de ser absorvidas exclusivamente pela preocupação de prosperar na riqueza"*, significaria que a sociedade controla o necessário aperfeiçoamento tecnológico, permitindo que ele produza *"seu efeito legítimo, o de abreviar o trabalho"*, e possibilitando que um grande conjunto de pessoas fiquem *"não apenas livres das ocupações mais duras, mas também dispostos de lazer suficiente, tanto físico quanto mental, para se libertarem de detalhes mecânicos e poderem cultivar livremente os encantos da vida"* (Mill, 1986: 254).

A economia não prescinde da ética: sem ética a ciência *"é cega"*, lembra Giannetti da Fonseca (1993: 20). O otimismo da linguagem econômica tem cegado nossa civilização, inabilitando a economia política contemporânea para pensar os limites ético-naturais da ação humana.

A questão não reside em afirmar se os agentes econômicos privados tem ou não um comportamento perverso, mas na subordinação da sociedade local ao mercado, resultando em uma cultura organizacional centrada no curto prazo que promove um verdadeiro canibalismo econômico. Nosso desafio é recolocar a economia no seu lugar, é ampliarmos nossos horizontes para além da restrita perspectiva crematística, da asfixiante razão unidimensional do capital, de ousarmos pensar uma sociedade que, articulada globalmente, reinsira-se nas teias das relações sócio-ambientais onde deve estar subordinada e que a sustenta, permitindo uma maior harmonia das pessoas consigo mesmas, entre si e com o ambiente em que vivem. Caso contrário, seremos devorados pelo "moinho satânico" de um mercado insaciável (Polany, 1980).

Bibliografia.

- Altieri, Miguel. *Agroecologia*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
 Amin, Samir. *La acumulación a escala mundial*. México: Siglo XXI, 1977 (3. ed.).
 Assmann, Hugo. *Crítica à lógica da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1994.
 Blumenschein, Markus; Theis, Ivo. *Teoria da regulação e desenvolvimento sustentável*. Tübingen: Geographisches Institut (mimeo), 1995.
 Bondy, A. Salazar. *¿Existe una filosofía de nuestra América?* México: Siglo XXI, 1968.

Cardoso, Fernando H.; Faletto, Enzo. "Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina". In: Sorj, B.; Cardoso, F.; Font, M. (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Coraggio, José L. "Economia popular e a pobreza na construção da cidade". In: Vários. *O papel do público e do privado na construção da cidade*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

Courlet, Claude. "Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL)". In: *Ensaio FEE* 14(1), 1993: 9-25.

Cousteau, Jacques. "Entrevista" (realizada por Bahgat Elnadi e Adel Rifaat). In: *El Correo de la UNESCO*, XLIV (11), nov. 1991.

Cuellar, Javier. "Um plano Marshall para a cultura e o desenvolvimento". In: *Folha de São Paulo*, 20.02.94, p. A-3.

Daly, Herman; Cobb Jr., John. *Para el bien común*. México: FCE, 1993.

Demo, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

Diegues, Antonio C. *Repensando e criando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais*. Mimeo, NUPAUB, 1994.

_____. "Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis". In: Diegues, A. *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

Dowbor, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Drucker, Peter. *As novas realidades*. São Paulo: Pioneira, 1991.

Fiori, José L. "Sobre a 'crise contemporânea': uma nota perplexa". In: *Síntese* 20 (62), 1993.

Fonseca, Eduardo. *Vícios privados, benefícios públicos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. R. J.: Paz e Terra, 1974.

Galbraith, John. *A sociedade Afluente*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1974.

Genro, Tarso. "Um projeto para um programa". In: *Folha de São Paulo*, 11.11.94.

Georgescu-Roegen, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge-London: Harvard University Press, 1971.

Goldenstein, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Haq, Mahbub Ul. *A cortina da pobreza*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Harvey, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

Hirschman, Albert. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Illich, Iván. Illich, Ivan. "El silencio como bien común". In: *Integral* 55, 1984.

_____. "La nueva frontera de la arrogancia: la colonización del sector informal". In: Illich, I. *Alternativas II*. México: Joaquín Mortiz - Planeta, 1988.

Jaguaribe, Helio. "A nova ordem mundial". In: *Política Externa I*

- (1), junho/92.
- Kennedy, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- Kurz, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Latouche, Serge. **A ocidentalização do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Lisboa, Armando. "Mais além do Mercado. Mais além do Estado". In: **Textos de Economia** 4 (1), 1993.
- _____. "Crise, ação cidadã e reconstrução social". In: **Atualidade Econômica** 6 (21), 1994a.
- _____. **Economia das organizações populares: uma dinâmica paradoxal**. Florianópolis: UFSC (Relatório de Pesquisa/CNM), 1994b.
- Lipietz, Alain. **Miragens e milagres**. São Paulo: Nobel, 1988.
- Löwy, Michael. "La crítica marxista de la modernidad". In: **Ecología Política**, 1, 1990.
- Luxemburg, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- Martine, George. "Considerações finais". In: Martine, G.; Garcia, R. (org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- Martínez Alier, Joan M.; Schlupmann, Klaus. **La ecología y la economía**. México: FCE, 1991.
- Martínez Alier, Joan. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Montevideo-Barcelona: Nordan - Icaria, 1995.
- Mello, João M. C. "Consequências do Neoliberalismo". In: **Economia e Sociedade** 1, agosto/92.
- Mendes, Armando. "Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia: achegas para o seu traçado". In: Marcel Bursztyn (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. "Envolvimento & desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas". In: Cavalcanti, C. (org.). **Economia da sustentabilidade: princípios, desafios, aplicações**. Workshop. Recife: mimeo, 1994.
- Mill, Stuart. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (2 vol.).
- Morin, Edgar; Kern, Brigitte. **Tierra Patria**. Barcelona: Kairós, 1993.
- Myrdal, Gunnar. "Justiça social e desenvolvimento". In: **Painéis internacionais sobre o desenvolvimento socioeconômico**. RJ: APEC/BNDE, 1974.
- _____. **Contra a corrente**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.
- O'Connor, James. "Las condiciones de producción. Por un marxismo ecológico, una introducción teórica". In: **Ecología Política**, 1, 1990.
- Peng, Martín K. "O estado da cooperação na atual situação mundial: uma crítica". In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: PNUD, 1992.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1994**. Lisboa: Tricontinental, 1994.
- Polany, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- Prebisch, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas". In: **Revista Brasileira de Economia** 3 (3), setembro de 1949.
- Quijano, Aníbal. "Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru". In: **Estudios Avanzados** 6 (16).
- Ramos, Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965 (2. ed.).
- Razetto, Luiz M. **Economia de solidaridad y mercado democrático** (3 vol). Santiago: PET, 1984, 1985, 1986.
- Roux, Francisco J. "Consideraciones sobre la economía y la vida". In: Scannone, J.; Perine, M. (comp.). **Irrupción del pobre y quehacer filosófico**. Buenos Aires: Bonum, 1993.
- Sachs, Ignacy. "Desenvolvimento, um conceito transdisciplinar por excelência". In: **Tempo Brasileiro**, 113, abr.-jun., 1993.
- Sachs, Wolfgang. "Esplêndido fracasso". In: **Comunicações do ISER** 12 (44), 1993.
- Sahlins, Marshall. "A primeira sociedade da afluência". In: Carvalho, E. (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- Santos, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- Santos, Boaventura de S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.
- Scheibe, Luis F.; Buss, Maria D. "O caráter paradoxal do conceito de des(-)envolvimento". In: Florianópolis: UFSC (contribuição ao 4º Fórum Estatuinte, mimeo), 1992.
- Schwarz, Roberto. "Fim de século". In: **Folha de São Paulo**, 04.12.94, p. 6-9.
- Shiva, Vandana. **Abrazar la vida**. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.
- _____. "¿Que quiere decir 'sustentable?'". In: **Revista Del Sur**, n. 3, 1991a.
- Souza, Herbert. "Projeto nacional, transnacionalização e democracia". In: **Revista de Cultura Vozes** 83 (3), maio/junho de 1989.
- Stahel, Andri. "Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas". In: Cavalcanti, C. (org.). **Economia da sustentabilidade: princípios, desafios, aplicações**. Workshop. Recife: mimeo, 1994.
- Storper, Michael. "A industrialização e a questão regional no terceiro mundo". In: Valladares, Licia; Preteceille, Edmond (coord.). **Reestruturação urbana**. São Paulo: Nobel, 1990.
- Sunkel, Osvaldo. "El desarrollo de la teoría del desarrollo". In: Sunkel, O. et al. **Transnacionalización y dependencia**. Madrid: ICI, 1980.
- _____. (comp.). **El desarrollo desde dentro**. México: FCE, 1991.
- Takahashi, Kazuo. "Em busca de novos paradigmas". In: **Política Externa** 1 (3), 1992-93.
- Tavares, Conceição; Fiori, José. **Desajuste global e modernização conservadora**. R.J.: Paz e Terra, 1993.
- Wallerstein, Immanuel. "Para que serve o conceito de Revolução Industrial?". In: **Economia & Desenvolvimento** 1 (2), fev./1982.
- Vidal, José W. "Civilização dos trópicos. Uma resposta à barbárie". In: **Humanidades** 5 (16), 1986.
- _____. **De estado servil a nação soberana**. Petrópolis - Brasília: Vozes - Ed. da Universidade de Brasília, 1987.

"Potencialidades para uma civilização dos trópicos". In: Brito, S. (ed.). *Desafio amazônico: o futuro da civilização dos trópicos*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1990.

¹Nos países berço da revolução industrial em torno de 60 milhões de pessoas não apenas deixaram o campo como emigraram da Europa para o ultramar entre 1840 e 1920 (Sunkel, 1980: 24). Este processo, chamado por Schumpeter de "destruição criativa", na periferia capitalista se processa aceleradamente e sem a válvula de escape da migração. Mas as dores e infelicidades produzidas aos seres humanos bem como os danos provocados na biosfera (mesmo que muitas vezes irreversíveis) são vistos, segundo as teorias desenvolvimentistas, como os sacrifícios necessários ao progresso ...

²Na esteira do fracasso da revolução verde se descobre que os sistemas tradicionais de agricultura "são superiores tanto do ponto de vista econômico, a longo prazo, quanto ecológico" (Peng, 1992: 55). A literatura recente (Altieri, 1989; Diegues, 1994) vem considerando um grave erro a substituição das formas comunitárias de uso dos recursos naturais pelas modernas.

³Com fina ironia registra João M. C. de Mello (1992: 59) que "levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial".

⁴Imagem criada pelo economista Edmar Bacha de que no Brasil coexistem uma Bélgica e uma Índia.

⁵"Nesta crise de final de século (...) o Brasil parece estar em uma situação em que a sua inserção internacional não lhe cria constrangimentos decisivos, mas também não lhe abre opções claras. Vale dizer, a economia e a sociedade brasileiras parecem estar obrigadas a caminhar com as suas próprias forças" (M. C. Tavares, 1993: 180).

⁶Afirma ironicamente Hirschman (1986: 78) que, "visto do ângulo de hoje, é preciso dizer que o espetáculo tem de ponta a ponta algo de bizarro. Como foi possível que um grupo de pesquisadores em ciências sociais, que acabavam de assistir aos mais funestos 'descarrilamentos da história' em vários grandes países adiantados, tenha conseguido depositar tantas esperanças no desenvolvimento econômico em si?".

⁷"O desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, que é o que realmente temos em mente quando falamos agora da teoria do desenvolvimento, é um tema muito recente na evolução do pensamento econômico. Dificilmente algum livro publicado antes de 1950 continha a palavra desenvolvimento em seu título (...)" (Sunkel, 1980: 13).

⁸A perspectiva de um paradigma tropical para a economia brasileira é formulada por Garcia (1992) e Vidal (1986, 1987, 1990).

⁹"Os mercados numa ordem social operante, desempenham função positiva e descentralizadora. Vistos porém como senhores da sociedade, enriquecem os ricos e empobrecem os pobres. (...) Um sistema de mercado que não esteja submetido à ação corretiva da solidariedade, faz com que os fortes se tornem cada vez mais fortes e os fracos cada vez mais fracos" (Ward, "Apresentação" à

Ul Haq, 1978). Em Polany (1980) se funda contemporaneamente esta perspectiva de que a economia deve estar submersa nas relações sociais, o qual alerta que subordinar a própria substância da sociedade às leis de um mercado autoregulável gera uma ameaça catastrófica para a própria sociedade.

¹⁰O "Sul" significa aqui "uma metáfora para designar os oprimidos" (Santos, 1994: 283). É claro que também não se trata do Norte geográfico, pois existe um Norte (uma sociedade de hiper-consumo) no interior do Sul, e um Sul cada vez maior nos países do Norte.

¹¹Harvey (1993: 145), alertando que a tendência da flexibilização no mercado de trabalho tem significado uma desorganização do movimento operário, aponta também que "a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (...) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não como apêndices do sistema produtivo".

¹²Os casos clássicos são o da "Terceira Itália", o da região de Cholet (França) e de Baden-Württemberg (Alemanha).

¹³"A produção flexível (...) requer a mobilização e sustentação endógena de recursos (...) e alimentação de complexas relações sociais (consórcios). Paradoxalmente, parece que para atender a mercados globais torna-se agora necessário mobilizar recursos e habilidades locais numa extensão maior do que nunca (...)" (Storper, 1990: 140).

¹⁴Os mecanismos participativos ao nível do poder local "estão transformando profundamente os próprios conceitos de cidadania e desenvolvimento" (Dowhor, 1994: 85).

¹⁵Sobre isto consultar Coraggio (1993); PNUD (1992); Razetto (1984, 1985, 1986) e Lisboa (1994b).

¹⁶"Os prognósticos disponíveis fazem pensar que: a) o processo de acumulação capitalista (através do investimento do capital privado) assumirá somente a reconstrução de uma parte da cidade, e o Estado local, por sua vez, terá recursos muito limitados para suprir a falta de dinamismo do capital. Alça voo, então, a perspectiva do auto-emprego, da micro-empresa, da informalidade como origem de alternativas de desenvolvimento da cidade" (Coraggio, 1993: 11).

¹⁷Illich (1988) designa com este termo as atividades não motivadas pelas idéias de troca, não sujeitas ao mercado e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas.

¹⁸Fazemos ressonância com a proposição de Martínez Alier - se bem que reenquadrando-a numa dinâmica urbana - que, ao criticar a economia moderna desde uma perspectiva dos pobres da terra, formula a tese da emergência de um neo-narodnismo ecológico: "novas formas de vida coletiva que, a partir de velhas e novas culturas, incorporem novos modelos viáveis e igualitários de reprodução econômica para todo o mundo" (1991: 316). Martínez Alier enquadra as lutas dos pobres pela sobrevivência (onde buscam manter o uso comunal dos recursos naturais fora da economia mercantil) como lutas ecológicas (contribuem para um uso racional - não predatório - dos mesmos), afirmando ser o campesinato "um sujeito natural do ecologismo político" pois "a produção camponesa é uma forma onde há um predomínio

relativo do valor de uso sobre o valor de troca, isto é, onde a reprodução material descansa mais nos intercâmbios (ecológicos) com a natureza que nos intercâmbios (econômicos) com o mercado" (V. Toledo, apud. Martínez Alier, 1995: 66).

¹⁹*"No Japão, é proibida, para as grandes empresas, a pesca no litoral onde existem municípios com comunidades de pescadores"* (Dowbor, 1994: 56).

²⁰A localidade de Enseada de Brito (Palhoça/SC) é hoje a maior produtora latino-americana de mexilhões graças a um projeto de aquacultura ali implantado pela UFSC.

²¹Esta é a perspectiva das reservas extrativistas (Allegretti, 1988; Diegues, 1995).

²²Nesta perspectiva (recuperando a distinção aristotélica entre crematística e oikonomia) apontam para a reconstrução do paradigma econômico Daly - Cobb (1993); Martínez Alier - Schlupmann (1991) e Mendes (1993, 1994).

²³Num mundo onde um quarto da humanidade se vê impedida de satisfazer suas necessidades básicas, o Norte (que possui cerca de 1/5 da população mundial e 4/5 dos seus rendimentos) consome

cerca de 4/5 do capital natural do planeta (70% da energia mundial, 75% dos seus metais, 85% da sua madeira ...). Entre 1960 e 1991 a parte da renda mundial dos 20% mais ricos cresceu de 70% para 85%, enquanto que todos os demais viram decrescer sua participação (nos 20% mais pobres sua pequena parte declinou de 2,3% para 1,4%). Assim a distância de rendimentos entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres alargou-se de 30 vezes em 1960 para 61 vezes em 1991 (PNUD, 1994).

²⁴Conceitos precisam ser utilizados com precaução, apenas enquanto conceitos (instrumentos para a compreensão das relações entre os fenômenos), sem serem fetichizados (*"o essencial consiste em saber descartar um conceito quando já serviu demais"* - Lipietz, 1988: 43).

²⁵Herbert de Souza (1989: 261) lembra que neste momento pelo menos *"uma parte da humanidade tem a chance de perder-se do capital e encontrar-se consigo mesma (...)"*.